

A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA DE 1816 E A DIPLOMACIA DE JEAN-BAPTISTE MALER¹

THE FRENCH ARTISTIC MISSION OF 1816 AND THE DIPLOMACY OF JEAN-BAPTISTE MALER

Lucas de Araujo Barbosa Nunes²
UNESP/Assis – Universidade Estadual Paulista

Resumo: Nos Archives Diplomatique du Quai d'Orsay encontram-se várias correspondências diplomáticas entre Jean-Baptiste Maler, cônsul-geral francês no Brasil, e os agentes da diplomacia francesa. Esses documentos indicaram que suas atividades como diplomata foram marcadas por uma ostensiva vigilância a todos os súditos franceses residentes no Brasil de D. João VI. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo elucidar não só o início da retomada das relações diplomáticas entre França e Brasil, no ano de 1815, mas também quais foram as estratégias que a diplomacia francesa tomou diante uma corte europeia exilada no Brasil. Isso é de fundamental importância pois esclarecem as decisões que Maler adotou contra a permanência dos artistas da "missão francesa" no Brasil.

Palavras-chaves: Artistas Expatriados. Diplomacia. Brasil – História – D. João VI (1808-1821). Missão Artística Francesa de 1816.

Abstract: In the Archives Diplomatique du Quai d'Orsay there are several diplomatic correspondence between Jean-Baptiste Maler, French Consul General in Brazil, and French diplomats. These documents indicated that his activities as diplomat were marked by an ostensive vigilance to all the French subjects residing in Brazil of D. João VI. Thus, this article aims to elucidate not only the beginning of the resumption of diplomatic relations between France and Brazil, in the year 1815, but also what were the strategies that French diplomacy took before a European court exiled in Brazil. This is of fundamental importance because they clarify the decisions that Maler adopted against the permanence of the artists of the "French mission" in Brazil.

Keywords: Expatriate Artists. Diplomacy. Brazil – History – D. John VI (1808-1821). French Artistic Mission of 1816.

¹ Pesquisa financiada pela FAPESP/BEPE.

² Mestre em História – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antônio, 2100, CEP: 19806-900, Assis, São Paulo – Brasil. E-mail: lucas_historiador@hotmail.com

No início do século XIX abriu-se “um novo período para a colônia luso-americana e para as relações que passaria a travar com os países europeus”³. Com a invasão das tropas de Junot, a corte portuguesa resolveu fugir para o Brasil, escoltada pela Real Marinha Inglesa. Ao chegar no Brasil, D. João VI assinou o decreto de 28 de janeiro de 1808 que abriu os portos às nações amigas⁴. Tal decreto beneficiou a Inglaterra, “potência europeia que dominava os mares naquele momento, tornando-se então a “nação mais favorecida” no comércio com o a ex-Colônia”⁵. Em 01 de maio de 1808, Portugal decretou guerra à França, “assim como seu exército invadiria a Guiana Francesa, em 3 de dezembro”. Foi somente com a assinatura de paz (1814) que as relações diplomáticas entre os dois países voltaram ao normal. Tanto que, em 18 de junho de 1814, o príncipe regente promulgou que “as relações entre os países eram “amigáveis”, o que implicava franquear o livre trânsito de franceses em Portugal, mas também no Brasil”⁶.

Foi por meio dos ofícios diplomáticos⁷ que descobrimos quais estratégias que os franceses utilizaram diante de uma corte europeia exilada nos trópicos. Segundo Gallo, as considerações da diplomacia francesa sobre o que se passava no Brasil no início do século XIX “são fruto, principalmente em assuntos políticos, do ciúme dos representantes ingleses, com quem os franceses disputavam a hegemonia em nosso território”⁸. Isso ficou evidente no ofício diplomático datado de 20 de novembro de 1814:

A Inglaterra fará então uso de todos os meios para separar o Brasil da mãe pátria, para fazer revoltar os negros contra a população branca, e

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Espelho de projeções: os franceses no Brasil de D. João de D. João. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 54-69, setembro/novembro 2008, p. 55. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13694/15512>. Acesso: 03/03/2014.

⁴ A França ficou de fora.

⁵ MOTA, Carlos Guilherme. “Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808)”. in: OLIVEIRA, Luiz Valente; RICUPERO, Rubens (org.) Abertura dos Portos. São Paulo: Editora SESC São Paulo. 2007, p.89.

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. 2008, p. 55.

⁷ Utilizei os documentos diplomáticos franceses guardados nos *Archives Diplomatique du Quai d’Orsay*, localizados em Paris. Os documentos diplomáticos foram traduzidos do francês por Lucas de Araujo Barbosa Nunes, cortejada com as traduções de Alberto Rangel (presente no livro de Afonso Taunay, *A Missão Artística de 1816*) e Juliette Dumont (*Preciosos subdito, emigrantes atravancadores: A França e os franceses do Brasil no início do século XIX*).

⁸ GALLO, Ivone Cecília D’ Avilla. “Os arquivos do Quai d’Orsay (Ministério de Relações Exteriores) de Paris”. Revista História Social, Campinas – SP, nº 03, 1996, p. 229.

consumar a ruína do país florescente. É, portanto, necessário para a prosperidade mesmo de Portugal, que o governo fixe definitivamente sua estadia no Rio de Janeiro; falho e nulo na Europa ele já é respeitável na América.⁹

Segundo esse ofício, a corte portuguesa deveria permanecer no Brasil, principalmente porque a intenção dos ingleses era “separar o Brasil da mãe pátria”. Além disso, as informações que a diplomacia francesa recebia sobre o Brasil não eram confiáveis, pois o governo português sempre envolveu a sua principal colônia em um manto de mistério: “O Governo Português tem sempre envolto em um mistério tudo o que é relativo ao governo interno e às forças suas colônias, que nenhum cientista foi ainda capaz ou disposto a ocupar Brasil”¹⁰ Devemos lembrar que a coroa portuguesa temia perder o controle de sua lucrativa colônia, tanto que ela impediu a circulação de notícias e ideias¹¹, como bem apontou Holanda:

Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio, E é significativo que, apesar de sua maior liberalidade na admissão de estrangeiros capazes de contribuir com seu trabalho para a valorização da colônia, tolerassem muito menos aqueles cujo convívio pudesse excitar entre os moradores do Brasil pensamentos de insubordinação e rebeldia.¹²

Apesar desses entraves, a diplomacia francesa se esforçou na tarefa de estreitar as relações diplomáticas com a corte portuguesa, tendo com objetivo principal diminuir a influência inglesa no Brasil. Para atingir tais objetivos, os franceses tiveram

⁹ Arquivos do Quai d’Orsay (AQO), Mémoire et Documents, Brésil, vol 01, f.04-17.

¹⁰ AQO, Mémoire et Documents, Brésil, vol 01, f.04-17.

¹¹ “A Coroa Portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades como a de São Domingo, em 1538, e as de São Marco, em Lima e da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa, durante todo o período colonial. Aliás, praticamente a mesma coisa ocorreu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola no século XVI. Enquanto isso ressaltando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois foi fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de D. João VI”. Ver: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995. pp. 111-112.

¹² HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

o apoio de Antônio de Araujo e Azevedo¹³, o Conde da Barca. Ele exerceu uma grande influência nas negociações que resultaram no restabelecimento diplomático entre França e Brasil, além de “atuar fortemente no sentido de obter um clima mais favorável aos franceses, até então proibidos de entrar no território”¹⁴. O Conde da Barca contou com o apoio do ministro francês Talleyrand¹⁵ para convencer D. João VI a assinar o decreto que abriu os portos brasileiros aos navios franceses:

DECRETO DE 18 DE JUNHO DE 1814

Permitte a entrada dos navios de quaesquer nações nos portos dos Estados Portuguezes e a sahida dos nacionaes para portos estrangeiros.

Havendo os vigorosos e unanimes esforços das potencias alliadas obtido felizmente, com o favor da Divina Providencia, os mais gloriosos e extraordinarios sucessos, que fizeram immediatamente cessar as hostilidades contra a França, e querendo eu que os meus fieis vassallos possam em consequencia gozar quanto antes do grande bem e vantagens de uma franca communicação com todas as nações: sou servido ordenar, que nos postos dos meus Estados não se impeça mais, desde a data deste meu real decreto, a entrada dos navios de quaesquer nações que a elles vierem, nem se embarce a sahida das embarcações nacionaes que se houverem de destinar para os portos de algumas dellas; antes se facilitem, quanto for possivel, todas as relações amigaveis e de reciproco interesse de que se hajam de estabelecer entre os respectivos paizes. A Mesa de Desembargo do Paço e tenho assim entendido e o faça publicar, remetendo este por cópia as Estações competentes, e affixando-o por editaes. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1814.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.¹⁶

No final do ano de 1814, Jean-Baptiste Maler foi escolhido para o cargo de Cônsul-Geral da França no Brasil, “chegando ao Rio de Janeiro em abril de 1815”.

¹³ Antonio Araujo de Azevedo (1754-1817) foi ministro e embaixador extraordinário junto a Corte de Haia (1787), responsável pela negociação do tratado de paz entre França e Portugal; ministro plenipotenciário junto à República Francesa em 1795, 1797 e 1801. Tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1816). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B3nio_de_Araujo_e_Azevedo&oldid=43549909>. Acesso em: 31 mai. 2016.

¹⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz.. 2008, p. 56.

¹⁵ Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838) foi político e diplomata francês. Ocupou altos cargos no governo revolucionário de Napoleão Bonaparte, durante a restauração da monarquia dos Bourbons e sob o reinado de Luís Felipe. Representou a França nas negociações do Congresso de Viena. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Charles-Maurice_de_Talleyrand-P%C3%A9rigord&oldid=45741552>. Acesso em: 31 mai. 2016.

¹⁶ Coleção de Leis do Império do Brasil – 1814, Página 12 Vol. 1. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18326/collecao_leis_1814_parte1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28/06/2016.

Segundo Schwarcz, foi “o começo das novas relações oficiais franco-brasileiras, assim como se aceleram as trocas culturais, econômicas, científicas e comerciais entre as duas nações”.¹⁷ Como mostrou esse ofício:

A Corte do Brasil se apressou em 1814 de enviar ao Rei uma embaixada extraordinária para o felicitar sobre seu retorno nos seus Estados. As disposições amigáveis do Príncipe Regente não se contradisse desde então. Ele o expressou particularmente durante as tempestades políticas de 1815 e a recepção que fez em seguida, ao Encarregado de Negócios da França tocou vivamente Sua Majestade.¹⁸

Com o intuito de aproximar ainda mais os dois países, no dia 30 de maio de 1816, uma comitiva diplomática francesa, comandada pelo Duque de Luxemburgo, desembarcou no Brasil. Essa missão diplomática tinha como objetivo resolver algumas “discussões ainda em aberto mesmo diante do estado de paz”¹⁹ que se estabeleceu no Congresso de Viena. O embaixador desejava “assegurar ao monarca português todo o interesse da França em estreitar as relações entre os dois países”²⁰. Com a crescente chegada de franceses em terras brasileiras, principalmente exilados, a diplomacia francesa informou como seus agentes deviam agir com eles:

Todos esses viajantes devem continuar sendo consideradas como franceses pelo Embaixador de Sua Majestade. É provável que a maior parte conservou o espírito de retorno: podemos considerar como estrangeiros somente aqueles que teriam adquirido este caráter por um ato formal, e devemos, em geral, procurar preservar a sua pátria os franceses que se distanciaram. Será prudente Sr. Embaixador lhe indicar a conduta a ser seguida para as diferentes classes de refugiados ou para aqueles que não teria nenhuma base legal e necessário para deixar a França ou a quem são banidos e que não podem voltar sem autorização formal do Governo.²¹

Além dos franceses, outros povos vieram para o Brasil. Eles “pareciam querer, pois, redescobrir um local descoberto havia muito, e a curiosidade reprimida por tantos

¹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. 2008, p. 56.

¹⁸ AQO, Mémoire et Documents, Brésil, vol 01, f.01-16.

¹⁹ LIMA, Valéria Alves Esteves. J.B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816 - 1839), Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.90.

²⁰ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, pp. 90-91.

²¹ AQO, Mémoire et Documents, Brésil, vol 01, f.01-16.

anos agora se transformava em realidade". Se muitos "havia ouvido falar da América espanhola de Humboldt", nada se sabia da América portuguesa, um país "mais "exótico" do continente – com seus indígenas, africanos, mosquitos, serpentes e uma natureza em tudo singular. [...] e paradoxalmente, o mais "civilizado": uma monarquia Bourbons e Bragança cercada de república por todos os lados"²².

Foi nessa perspectiva que chegaram vários estudiosos e cientistas como "Saint-Hilaire, o cronista Ferdinand Denis, ou artistas acadêmicos como Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay, Grandjean de Montigny e tantos outros [...]"²³. Em *Un français au Brésil à la veille de l'Indépendence: Louis-François de Tollenare (1816-1818)*, Leon Bourdon retratou bem o processo de reatamento entre os dois países, tanto que considerou o ano de 1816 como "l'année des Français" no Brasil:

O ano de 1816 pode, à justo título, ser considerado, no Brasil, como "o ano dos franceses." Se o coronel Maler tinha, em 1815, aberto o consulado geral no Rio de Janeiro, foi somente no ano seguinte, maio 1816 que o duque de Luxemburgo veio restabelecer oficialmente as relações diplomáticas entre a monarquia portuguesa, instalada desde 1808 na beira da Baía de Guanabara, e da França: embaixada fastidiosa, aos quais tinham tomado parte naturalista Augustin Saint-Hilaire que deve em seguida empreender longas e frutífera viagens de exploração no interior do país. Mas, alguns meses antes, março 1816, chegaram a célebre missão artística francesa convidado pelo conde da Barca para organizar uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e que, em torno de Joachim Lebreton, secretário recentemente destituído da Classe de Belas Artes do Instituto de França, agrupa os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, escultor Auguste Taunay, o arquiteto Auguste Grangjean Montigny eo gravador Charles Pradier.²⁴

²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.13.

²³ Idem, p.13.

²⁴ "L'année 1816 peut à juste titre, être considérée, au Brésil, comme "l'année des Français". Si le colonel Maler avait, des 1815, ouvert de consulat general de Rio de Janeiro, ce n'est que l'année suivante, en mai 1816, que le duc de Luxemburg venu rétablir officiellement les relations diplomatique entre la monarchie portugaise, installée depuis 1808 sur les bord de la baie de Ganabara, et la France: ambassade fastueuse, à laquelle avait pris part le naturaliste Auguste de Saint-Hilaire qui devait par la suite entreprendre de longs et fructueux voyages d'exploration à l'intérieur du pays. Mais quelques mois plus tôt, en mars 1816, était arrivée la célèbre mission artistique française invitée par le comte da Barca à organiser une École royale des Science, Arts et Métiers, et qui, autor de Joachim Lebreton, secrétaire récemment révoqué de la Classe des Beaux-Arts de L'Institut de France, groupait les peintre Jean-Baptiste Debret et Nicolas-Antoine Taunay, sculpteur Auguste Taunay, l'architecte Auguste Grangjean de Montigny et le graveur Charles Pradier". BOURDON, Leon. *Un français au Brésil à la veille de l'Indépendence: Louis-François de Tollenare (1816-1818)*, Caravelle, n° 01, 1963, pp. 29.

Os artistas da “missão francesa” foram bem recebidos pelo governo português, principalmente pelo seu ministro francófilo Antônio Araujo de Azevedo, o Conde da Barca. Entretanto, os maiores problemas vieram de uma improvável pessoa: Jean-Baptiste Maler, cônsul-geral da França no Brasil. Segundo Lima, “vieram dele os maiores entraves às atividades dos artistas franceses, revelando uma situação de extrema desconfiança e descontentamento da parte do diplomata francês”.²⁵

A Diplomacia de Jean-Baptiste Maler

Sendo um monaquista convicto, as atitudes de Maler como cônsul-geral francês no Brasil “foram marcadas por um profundo sentimento contrário a tudo o que parecesse ameaçar a monarquia restabelecida na França”. Ele considerava que os artistas franceses “eram um perigo constante à estabilidade das relações entre as duas coroas”²⁶, pois todos eram bonapartistas, principalmente o seu líder: Joachim Lebreton.

Antes de ser chefe da diplomacia francesa no Brasil, Maler “foi soldado das hostes contra-revolucionárias, e emigrado desde 1792”. Retornou para França no ano de 1814, “para servir à causa legitimista e à Restauração”²⁷. Quando assumiu o cargo de cônsul-geral francês no Brasil, em 1815, ele revelou-se “um indivíduo fortemente insatisfeito com sua nova posição, desejando para si outras condições de vida”²⁸.

Segundo Dumont, Maler foi “o autor da maioria dos relatórios sobre os bonapartistas no Brasil”. Como dominava bem o português²⁹, ele foi a “pessoa mais indicada para tratar dos interesses franceses durante o restabelecimento das relações entre a Corte Portuguesa e a França”.³⁰ O nosso cônsul-geral “nunca deixou de afirmar em suas correspondências a sua fé realista e de expressar seu horror diante do monstro

²⁵ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, p.94.

²⁶ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, pp. 94-95.

²⁷ PEDROSA, Mário. “Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos”. In: Arantes, Otília Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e Modernos III*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 89-90.

²⁸ LIMA, Valéria Alves Esteves. 2007, p.94.

²⁹ “Sua longa permanência em Portugal lhe deu a vantagem de aprender a língua, o que lhe facilitou enormemente os contatos”. Ver: PEDROSA, Mario. 1998, p.90.

³⁰ DUMONT, Juliette. Preciosos subdito, emigrantes atravancadores: A França e os franceses do Brasil no início do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (org.). *Franceses no Brasil. Século XIX-XX*, São Paulo, Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2009, p.113.

revolucionário". Durante as revoltas que aconteceram em Pernambuco, no ano de 1817, Maler temeu que se "desenvolvessem desordens revolucionárias no Brasil"³¹.

No dia 28 de março de 1817, ele enviou um ofício para Richelieu³² comunicando o que estava acontecendo naquela região: "É com a mais viva tristeza que anúncio a Vossa Excelência que a hidra revolucionária conseguiu mostrar sua cabeça horripilante no Brasil na capital de Pernambuco"³³. No dia seguinte, Maler enviou outro despacho ao Duque de Richelieu, informando os temores que essa insurreição estava causando na corte portuguesa:

A notícia da insurreição em Pernambuco fez seja na corte, seja nesta capital, a mais viva impressão. É positivo que não faça nada desde já para prevenir o perigo dos erros contagiosas deste gênero, embora a proximidade das cenas que chocaram a América do Sul tinham feito abrir os olhos. O evento de Pernambuco começou somente a descortinar. Mas este evento que, pela sua natureza e especialmente nestas áreas deve exercer todo o vigor e a atividade de um governo forte e enérgico para parar o mal na sua origem.³⁴

Napoleão ainda "continuava atormentando os espíritos, particularmente os dos tenentes da Restauração", principalmente se levarmos em conta a "relativa proximidade da Ilha de Santa Helena com as costas brasileiras e a presença de emigrantes bonapartistas". Esses fatos "mantinham o coronel Maler, assim como os representantes ingleses e austríacos sempre atentos"³⁵. O episódio dos Cem Dias de Bonaparte "provocaram um endurecimento da posição realista, que se traduziu do outro lado do Atlântico pelo zelo do coronel Maler contra os partidários de Napoleão".³⁶

Uma possível fuga de Bonaparte foi uma das grandes preocupações da diplomacia francesa. No ofício de 03 de fevereiro 1816, o Duque de Luxemburgo foi

³¹ DUMONT, Juliette. 2009, p.113.

³² O Duque de Richelieu (1766-1822), Ministro das Relações Exteriores francês. Assinou com os aliados, em 1818, um acordo provendo a desocupação do território francês. WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Armand_Emanuel_du_Plessis,_Duque_de_Richelieu&oldid=45365338>. Acesso em: 31 mai. 2016.

³³ AQO, Correspondence Politique, Brésil, 28/03/1817.

³⁴ AQO, Correspondence Politique, Brésil, 28/03/1817.

³⁵ DUMONT, Juliette. 2009, p.113.

³⁶ Idem, p.113.

alertado das suspeitas de que o Brasil tinha se transformado em um importante elo de contato com a Ilha de Santa Helena:

As relações do Rio de Janeiro com as Índias e com o mar do Sul são frequentes; uma parte das embarcações da Europa é obrigada a passar pelo Brasil durante sua navegação e o embaixador de sua majestade pode assim recolher informações úteis. Ele buscará saber se toda comunicação com Santa Helena está proibida, ou se está preparando qualquer ação em favor de Bonaparte para retirá-lo dessa ilha.³⁷

Em outro ofício, 18 de julho de 1816, o Duque de Luxemburgo informou ao chefe da diplomacia francesa sobre os procedimentos que estão sendo adotadas com os súditos franceses que desejam ir para Buenos Aires³⁸:

[...] alguns deles procuravam ir para Buenos Aires, informarei ao ministro que os indivíduos que não tivessem um passaporte entregue pela embaixada ou pelo consulado geral não deveriam ser considerados como autorizados.³⁹

Garantir uma boa relação diplomática com a coroa portuguesa foi um dos principais objetivos da diplomacia francesa. Para eles, tratava-se tanto de “uma questão econômica, por causa das reparações aplicadas pelos aliados” quanto política, “uma nova manifestação de Bonaparte poderia colocar a França numa posição ainda mais desconfortável frente aos outros países europeus”. Isso exigiu que as “preocupações e as vigilâncias fossem máximas, tanto na Europa como na América, em especial o Brasil, devido o tamanho do seu território e a proximidade com as colônias espanholas insurretas”.⁴⁰ Tais orientações foram seguidas a risca por Jean-Batiste Maler.

As hostilidades de Maler contra Lebreton

³⁷ AQO, Mémoire et documents, Tome 08, Instrution au Mr. Duc de Luxemburg, Paris, 03/02/1816.

³⁸ Para a diplomacia francesa, Buenos Aires foi um dos principais lugares que os bonapartistas escolheram para exilar-se.

³⁹ AQO, vol.129, Lettre duc de Luxemburg à Richelieu, RJ, 18/07/1816.

⁴⁰ DUMONT, Juliette. 2009, p.114.

Se tratando de questões diplomáticas, “o governo português fazia certo segredo dessa correspondência, embora as notícias a respeito se espalhassem nas rodas oficiais e diplomáticas”⁴¹. Foram justamente nessas rodas diplomáticas que Maler soube da vinda da “missão francesa” ao Brasil. No ofício datado do dia 07 de fevereiro de 1816, ele informou ao Duque de Richelieu que:

[...] o senhor cavaleiro Brito, encarregado de negócio da Corte de Portugal em Paris, anunciou ao senhor cavaleiro d’Araujo, ministro da Marinha, que vários franceses distintos estavam prestes a embarcar para estabelecerem-se no Brasil; contam-se vinte pessoas e fala-se em particular do senhor Le Breton, secretário perpétuo da classe de Belas Artes. Não posso garantir todo os detalhes, mas procurando de falar habilmente ao Sr. d.Araujo tive de me convencer por suas respostas que é mais do que se diz. [...] Nunca conseguirei, senhor, ver franceses expatriarem-se sem um sentimento penoso, sobretudo se há alguma aparência ou suposição de descontentamento por parte do governo paterno do melhor dos reis; mas me resta uma consolação; eles não tardarão a arrepender-se se sua resolução e de sua viagem e a dar-se conta da diferença entre os dois países e respectiva administração.⁴²

Segundo Pedrosa, a resposta do chefe da diplomacia francesa a esse ofício foi usada por Afonso Taunay⁴³ como “uma espécie de censura ou repressão ao cônsul do Rio”⁴⁴. Nesse ofício, ele afirmou que os artistas franceses vieram para o Brasil motivados por um “sentimento de inquietação”:

É provável que alguns deles cederam, ao afastarem-se da França, a um vago sentimento de inquietação, e imaginaram que além-mar encontrariam mais tranquilidade. Outros foram apenas levados para o Brasil pela esperança de se estabelecerem e fazerem fortuna, julgando na ocasião em que as produções artísticas gozam porventura entre nós de menor procura, seus talentos seriam melhor apreciados na sua nova residência. Há sem dúvida lugar de crer que uma parte desses cálculos resultará fracasso e que esses viajantes deplorarão, após algum tempo de demora no Brasil, ter deixado um país mais adiantado nas artes e

⁴¹ PEDROSA, Mário. 1998. p. 96.

⁴² AQO, Correspondance Politique, Portugal, vol. 127, 07/02/1816.

⁴³ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. A Missão Artística de 1816. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

⁴⁴ PEDROSA, Mário. 1998, p.97.

por conseguinte mais de feição a assegurar-lhes os recursos que eles desejam.⁴⁵

Além disso, ele recomendou a Maler que durante a estadia desses artistas no Brasil deveria “os considerar como franceses e dar-lhes toda a ajuda que eles têm direito a todos súditos de Sua Majestade, pelos cônsules e agentes políticos do seu país.”⁴⁶. Essas diretrizes recomendadas, segundo Pedrosa, “afinava bem, sem dúvida, com o espírito de moderação do próprio rei Luís XVIII, quando passara em seu país ocupado a fase da “epidemia das vinganças” ou o “terror branco””.⁴⁷ Quando os artistas franceses chegaram no Rio de Janeiro, em 26 de março de 1816, Maler procurou saber qual foi a opinião de D. João VI⁴⁸:

[...] no decorrer da conversa, que se prolongou bastante, pediu-me a opinião sobre a colônia de artistas franceses que vem estabelece-se no Brasil e da qual já falei a V. Excelência. Respondi-lhe em termos gerais que só poderei apreciá-los enquanto se comportarem como os bons franceses[...].⁴⁹

No mesmo ofício, Maler informou ao Duque de Richelieu como os artistas franceses foram recepcionados pelo governo português:

A colônia de artistas franceses, a que já me referi, falando a V. Excia., e formada pelo cavaleiro Brito em Paris, sob a direção do sr. Lebreton, aqui chegou no navio americano *Calphe* e foi muito bem acolhido pelo governo que lhe dá casa e comida. Enquanto viver o cavaleiro Araujo, que V. Excia. conheceu na Rússia e foi ultimamente feito conde da Barca, poderão contar com a continuação dêstes favores.⁵⁰

Mesmo com as recomendações de Richelieu, Maler já conspirava contra Lebreton. Tanto que ele se esforçou para impedir a sua nomeação como diretor do

⁴⁵ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 25/04/1816.

⁴⁶ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 25/04/1816.

⁴⁷ PEDROSA, Mário. 1998, p. 99.

⁴⁸ “Chegaram os artistas a 26 de março e foram recebidos jubilosa e paternalmente por Barca. Procurou imediatamente Maler saber qual seria a disposição de ânimo do rei, que ainda não vira os emigrados, e assim concorreu à audiência real de seis da tarde de 28 de março, tendo como D. João VI assás longa conversa como êle próprio conta no ofício redigido naquela mesma noite”. TAUNAY, Afonso de Escragolle. 1956, p. 21.

⁴⁹ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 26/03/1816.

⁵⁰ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 26/03/1816.

Escola de Belas Artes⁵¹, não tendo sucesso. Em 30 de julho de 1816, Maler informou de como estava sendo organizada a Escola de Belas Artes:

[...] o governo está certo de fundar com nome de Academia um estabelecimento cujos membros serão escolhidos entre os artistas franceses, mandados de Paris por escolha do cavaleiro Brito sob a tutela do sr. Lebreton. Este último deve ser nomeado diretor de tal Academia com os vencimentos de dez mil francos anuais, e o sr. Taunay, o pintor, seu irmão, o escultor, Debret, pintor de história, Grandjean de Montigny, arquiteto, Ovide, mecânico, serão nomeados com cinco mil francos anuais. Um tal sr. Dillon consta será o secretário, com os mesmos ordenados, e dois discípulos que acompanharam Mr. Grandjean devem ter 1.200 francos de pensão. Este projeto, a que o sr. Lebreton se aplicou, de corpo e alma, desde que chegou, tem sido poderosamente auxiliado pelo sr. Conde da Barca e creio que os esforços reunidos de ambos acabarão sobrepujando os óbices que surgirem, assim como penso que o rei assinou este projeto que não tardará em ser divulgado e posto em prática.⁵²

A nomeação de Lebreton foi confirmada no decreto de 12 de agosto de 1816, que criou a *Escola das Ciências, Artes e Ofícios*, isto tudo graças à intermediação do principal apoiador da "missão francesa": o Conde da Barca. Depois da publicação desse decreto, Maler oficiou ao Duque de Richelieu:

o Rei e o sr. Marquês de Aguiar constantemente se opuseram a tal fundação, enquanto fosse o sr. Lebreton diretor, e o público, geralmente, aplaudiu esta atitude, não mostrando disposições mais favoráveis para o ex-secretário. [...] Há quatro meses que não vejo [...] o sr. Lebreton e tudo me faz crer que o sr. Conde da Barca quer atribuir-me, em grande parte, a honra do cheque e da mortificação que ele teve de aguentar nestes últimos tempos. Era-me, porém, impossível compartilhar das suas opiniões sobre este homem, sobretudo quando foi riscado do Instituto e, por assim dizer, já julgado na própria pátria.⁵³

Apesar da nomeação e da proteção do Conde da Barca, ele continuou a vigiar os passos de Lebreton:

⁵¹ "Já nesta época rompera Maler hostilidades violentas contra Lebreton, indo representar a D. João VI contra a possível nomeação, para um alto cargo, desse antigo republicano energúmeno, servidor fidelíssimo de Napoleão I, e correligionário daqueles que haviam forçado Sua Majestade Fidelíssima a embarcar para a América". Ver: TAUNAY, Afonso de Escragolle. 1956, p.22.

⁵² AQO, Correspondance de Portugal, vol. 129, 30/07/1816.

⁵³ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 130.

“[...] de todos os franceses que estão aqui, o senhor Lebreton é aquele que se deve mais vigiar, e o rei pareceu estar de acordo com essa opinião, acrescentando que ele nunca aparecia e que vivia muito retirado”⁵⁴.

Em 18 de junho de 1818, Maler nos deu mais informações sobre as suas desconfianças em relação a Lebreton:

O sr. Joachim Lebreton [...] recebe com regularidade respostas e boletins editados pelo espírito de partido o mais cego e obstinado que seja, como esse homem é muito tímido e muito astucioso, eu não pude descobrir quais são os infames correspondentes [...]. Comuniquei de maneira confidencial minhas observações ao governo português, até designei o senhor Barão de São Lourenço, grande tesoureiro, como o intermediário, o porta-voz e o protetor desta correspondência. [...] ao mencionar esse personagem, apresentei minhas conjeturas e expliquei os argumentos nos quais elas eram baseadas. Acredito que minha confiança não pareceu despropositada; se eu estivesse mais livre e menos ocupado, poderia dar sem grande dificuldade a Vossa Excelência informações mais concretas. Embora eu não tenha os mesmos indícios para acusar Lebreton de corresponder com os franceses banidos e refugiados nos Estados Unidos, não hesito em supor isso. Ele estava muito ligado aos principais e não rejeitaria possibilidades revolucionárias que viriam dessa parte. Tenho que acrescentar que, embora pensionado pelo governo, ele é geralmente desprezado e odiado por todos, exceção feita ao grande tesoureiro já mencionado, e que vegeta na lama e na obscuridade.⁵⁵

Como chefe da diplomacia francesa no Brasil, Maler suspeitou que muitos franceses residentes no Brasil mantinham regularmente correspondência com a Ilha de Santa Helena, por isso que a sua vigilância foi constante. No mesmo ofício de 18 de junho de 1818, Maler procurou tranquilizar Richelieu afirmando que todas essas comunicações estavam sendo vigiadas:

Que vossa excelência não se alarme, além de saber tudo o que acontece na cidade, a vigilância a bordo desses navios é perfeita das minhas relações com o encarregado de negócios da Inglaterra, por conseguinte, nada é descuidado.⁵⁶

⁵⁴ AQO, Correspondence de Portugal, vol. 131.

⁵⁵ AQO, Correspondance de Portugal, vol. 132, 18 de junho de 1818.

⁵⁶ AQO, vol. 132, Lettre de Maler à Richelieu, 18/06/1818

Na ocasião da morte de Lebreton, em 09 de maio de 1819, Maler “ordenou que fosse feito um inventário de seus bens e de seu correio e nada de comprometedor foi achado”.⁵⁷ Entretanto, segundo Taunay, “foram encontradas cartas dos tais conspiradores do Prata”⁵⁸. Mas os documentos que poderiam comprovar isso foram perdidos, como atestou Pedrosa:

Ao que se sabe, foram realmente encontradas, como suspeitara Maler, cartas dos conspiradores do Prata, nos diz ainda o grande historiador. Os documentos deixados por Le Breton foram perdidos; entretanto, ficam as suspeitas de conspiração. É mais um desses enigmas históricos que persistem indecifrados.⁵⁹

Podemos perceber que as atitudes de Maler perante os artistas da “missão francesa”, principalmente contra Lebreton, são reflexos das recomposições políticas que estava acontecendo no mundo pós-Napoleão Bonaparte. Sobre essa questão, Dumont disse:

Era um tempo de recomposições políticas, geopolíticas, mas também econômicas e comerciais. Daí a ambivalência do olhar do governo francês e de seu representante em terras brasileiras sobre a chegada de franceses ao Brasil, às vezes percebidos como um trunfo em particular frente aos ingleses, às vezes como uma ameaça. Nos dois casos, parece claro que a França não desejava encorajar correntes migratórias, o que mais tarde constituirá uma desvantagem para sua difusão nessa parte do mundo. Pode-se observar nessa reticência a consequência da hecatombe provocada pelas guerras napoleônicas. A sua lembrança continuava pesando sobre a política francesa, mas também européia, e o discurso quase paranóico de Maler nos revela o trauma que a Restauração tentou esconder. Esse ponto de vista muitas vezes superou qualquer outra consideração, em particular comercial, e deformou o olhar do governo francês sobre o Brasil.⁶⁰

Segundo Pedrosa, Maler foi um reacionário, “mas cumpridor de seus deveres e atentos ao que considerava os interesses do Bourbons a quem era afeito”⁶¹. Ele não “intrigava e inventava alarmes para impressionar o rei e o Marquês de Aguiar”. Pelas notícias de que chegavam no Brasil, o cônsul francês tinha “bastante matéria para

⁵⁷ DUMONT, Juliette. 2009, p.117

⁵⁸ TAUNAY, Afonso d'Escragnole. 1956, p. 26.

⁵⁹ PEDROSA, 1998, p. 113

⁶⁰ DUMONT, Juliette. 2009, p. 118.

⁶¹ PEDROSA, 1998, p. 105.

inquietar-se e envenenar-se”⁶². Maler também não era “um sádico perseguidor de compatriota transviados ou emigrados”. Muitas vezes ele defendeu “compatriotas em apuros, e até pessoas não-francesas”⁶³, como atestou Pedrosa:

Num de seus ofícios ao seu superior na França, o famoso ofício em que noticia o próximo embarque em França de “vários franceses, a maioria artistas distintos, destinados ao Rio”, comunica que intercedeu junto ao Marquês de Aguiar no sentido de obter indulgência para dois portugueses condenados à morte. Aliás, na Coleção de cartas e despachos entre D. João e Tomaz Antonio, ainda quando era apenas Chanceler-mor, encontramos um despacho da mão do rei assim: “Aprovo e pode expedir o Aviso com o perdão que pede Maler. Quinta da Boa Vista, em 21 de dezembro de 1817”. Nessa coleção encontram-se outras cartas que tratam de démarches feitas pelo cônsul-geral de França sobre diversos assuntos. D. João, ao que parece, o tinha em alta conta, pelo zelo que demonstrava no serviço consular, pelo franco e leal com que sabia falar ao monarca e, principalmente, porque Maler não variava: era coerente com sua política e idéias, de que compartilhava à sua maneira bonachona o rei. Em outra ocasião, defende um cidadão francês suspeito de participação na revolução de Pernambuco, advogando para ele o direito de desembarcar por se tratar de um negociante honesto, e que assegura “ser absolutamente estranho” àquele movimento.⁶⁴

Entretanto, ele estava sempre atento a possíveis ações de revolucionários bonapartistas no Brasil:

À medida que a impopularidade da Restauração aumentava e a oposição cresce em números e audácia, os franceses realistas, os policiais e representantes oficiais n estrangeiro vivem obcecados pela possibilidade de Bonaparte escapar de sua ilha. E sempre é para a América – a princípio, apenas para a do Norte, onde o governo, estranho à política de equilíbrio de poderes e aos móveis reacionários da Santa Aliança e seguro de sua estabilidade, não teme a revolução, não teme Bonaparte. Não veria o governo americano nenhuma dificuldade em receber Bonaparte, fugitivo e interná-lo calmamente em seu território. A partir de 1816, quando de iniciou no Prata a revolução pela independência da Argentina, Buenos Aires se tornou um foco de atração para os exilados revolucionários ou bonapartistas e um centro de intrigas internacionais extremamente ativo. Os governos legitimistas da Europa lhe tinham medo. Em França, os

⁶² PEDROSA, Mário. 1998, p.106.

⁶³ PEDROSA, Mário. 1998, p.90.

⁶⁴ PEDROSA, Mário. 1998, pp. 90-91.

Bourbons receavam o que para eles era a proximidade de Santa Helena da América do Sul. O Brasil era ainda para a grande navegação com destino à Índia um ponto de parada, como na era cabralina. Os navios que vinham ou iam para Santa Helena freqüentemente por aqui passavam. Maler conta num de seus ofícios, de 18 de junho de 1818, como, aproveitando-se das comunicações de Santa Helena com o Rio para provisões pôde ter a melhor ocasião de desmascarar certos indivíduos das rodas bonapartistas chegados ao Brasil, depois da missão. Ele mandava seguir os oficiais ingleses que desciam na cidade para fazer comissões da parte de Mme. Bertrand e de outras pessoas. A fiscalização a bordo desses barcos é perfeita, diz ele, dadas as suas relações com o encarregado de negócios da Inglaterra.⁶⁵

Foi por causa dessa “fantasmagoria histórica” que, segundo Alambert, a Escola de Belas Artes idealizada por Lebreton nunca poderia dar certo:

A tudo isso se somavam as questões externas, tanto européias quanto americanas. Assombrava a elite colonial o medo de que o Brasil virasse a Argentina (que em 1816 começa seu processo de independência, atraindo revolucionários franceses) ou os Estados Unidos. Por toda essa fantasmagoria histórica, a missão original não podia “dar certo”: seja pelo fantasma recorrente da volta de Napoleão, da independência da Argentina, da sedição interna (cuja imagem vinha do movimento pernambucano de 1817) ou do temor do fim da escravidão⁶⁶.

Portanto, os obstáculos políticos e diplomático que a “missão francesa” encontrou no Brasil “se mostraram intransponíveis”⁶⁷.

Referências:

Fontes Primárias

Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay:

Affaires diverses politiques, sub-série Brasil, caixas 1;2;5;7 e 8;

Correspondências políticas, Portugal, vols. 129-135;

⁶⁵ PEDROSA, Mário. 1998, p. 108.

⁶⁶ ALAMBERT, Francisco. Portugal e Brasil na crise das artes: da Abertura dos Portos à Missão Francesa. In: OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.161.

⁶⁷ PEDROSA, Mário. 1998, p.113.

Correspondências políticas, Brasil, primeira parte (até 1848);
 Correspondências Consular e Comercial, 1814-1831, vols. 1 a 5;
 Dossiê Individual do coronel Maler (vol. 2709);
 Estado Civil, Rio de Janeiro, caixas 199 e 200;
 Mémoires et documents, Portugal, vols. 11 a 19;
 Mémoires et documents, Brésil, vols. 1;5 e 8;

Bibliografia:

- ALAMBERT, Francisco. Portugal e Brasil na crise das artes: da Abertura dos Portos à Missão Francesa. In: OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BARATA, Mário. "Manuscritos inéditos de Lebreton sobre o estabelecimento de dupla escola de artes no Rio de Janeiro, em 1816". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. nº. 14. pp. 283-307.
- BOURDON, Leon. *Un français au Brésil à la veille de l'Independende: Louis-François de Tollenare (1816-1818)*, *Caravelle*, nº 01, 1963, pp. 29-49.
- CIPINIUK, Alberto. *L'Origine de l'Academie des Beaux-Arts de Rio de Janeiro*, thèse présenté pour l'obtention du grade de Docteur en Philosophie et Lettre, Université Livre de Bruxelles, 1989-90.
- DEBRET, Jean-Baptiste (1768-1848). *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1989.
- DIAS, Elaine. "Correspondência entre Joachim Le Breton e a corte portuguesa na Europa – O Nascimento da Missão Artística de 1816". *Anais do Museu Paulista. História e cultura material*. São Paulo: Universidade de São Paulo, ju.- dez. 2006. Vol.14, nº. 02.
- DUMONT, Juliette. Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: A França e os Franceses do Brasil no início do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (org.). *Franceses no Brasil. Século XIX-XX*, São Paulo, Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2009, pp. 107-118.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GALLO, Ivone Cecília D' Avilla. "Os arquivos do Quai d'Orsay (Ministério de Relações Exteriores) de Paris". *Revista História Social*, Campinas – SP, nº 03, 1996, pp. 229 – 230.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil – edição comemorativa 70 anos*, org. Ricardo Benzaquen de Araujo e Lília Moritz Schwarcz, Ed. Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Valéria Alves Esteves. *A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura*. Tese de doutorado – Campinas, SP, 2003.

LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. *O ensino artístico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

_____. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização da metrópole e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 – 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANCHESTER, Alan K. "A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro" In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968, vol.277, pp. 3 – 44.

MOTA, Carlos Guilherme. "Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808)". in: OLIVEIRA, Luiz Valente; RICUPERO, Rubens (org.) *Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora SESC São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.) *A abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

PEDROSA, Mário. "Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos". In: Arantes, Otília Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e Modernos III*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. SCHWARCZ, Lília Moritz. Espelho de projeções: os franceses no Brasil de D. João de D. João. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 54-69, setembro/novembro 2008

SILVA, Maria B. N. da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789 – 1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*, ed. Companhia das Letras, 2000.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 – 1821*. Ed. Objetiva, 2005.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 20/12/2016